



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 102-B DE 2019

Altera o art. 39 da Lei n° 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei altera o art. 39 da Lei n° 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.

Art. 2° O art. 39 da Lei n° 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Da decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator que causar gravame à parte, em matéria penal ou processual penal, caberá agravo para o órgão especial, Seção ou Turma, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias.”(NR)

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2019.

Deputado FÁBIO TRAD
Relator